

ATA Nº 01/2026 - 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, os conselheiros: Adriano Martins Xavier; Ana Lucia Rodrigues; Andreia Micrute; Bárbara Princival Cordeiro; Braylan Adan Locatelli Persegona; Carolline Pereira de Araujo Maia; Clayton Hepp Graebin; Daniela Medeiros de Oliveira; Denise Dondoni Hoelzer; Dhebora Cristina da Silva; Fabio Braun; Jessica Merieli de S. C. Fuzeti; João Henrique de S. Arco-Verde; Leila Gonçalves de Carvalho; Leticia Brandt J. de Almeida; Louise Alves Schirmer; Marilette Kuhnen; Marilza Aparecida P. Teixeira; Marinês Gabriela C. Jarek; Maristela do Rocio Dittert; Rodrigo Cristiano de Oliveira; Sandro de Jesus Correia e Valdeliria Cristina Afonso. Participaram como convidadas: Ana Paula Riedel Pires e Isabela Coelho dos Santos. Sob a presidência da Conselheira Carolline Pereira de Araújo Maia, reuniram para a 1ª reunião ordinária do Conselho Pleno, tendo como pauta: **1** – Abertura da Sessão Plenária; **1.1** - Verificação do quórum, faltas justificadas e injustificadas; **1.2** – Aprovação da Ata; **2** – Plano de trabalho CME 2026; **3** – Deliberação Em Tempo Integral; **4** – Processos: **4.1** – Credenciamento e Autorização de Funcionamento para oferta da Educação Infantil – CEI Pequenos Gênios; **5** – Correspondências recebidas.

A Presidente Carolline inicia a reunião cumprimentando a todos e agradecendo a presença de todos, na sequência informa que já foi feita a conferência do quórum e os conselheiros que justificaram a ausência foram: Juliana, Clicie, Lucinéia, Sônia, Lauryen, Carmen, Adriana e Vilma. Dando sequência a pauta a Presidente Carolline coloca que a Ata foi enviada por e-mail e só houveram apontamentos em relação a escrita. A Presidente Carolline pede para que os conselheiros se manifestem em relação a aprovação da ata. Todos os conselheiros aprovam a ata. Dando seguimento à pauta a Presidente Carolline coloca sobre o Plano de trabalho do Conselho para 2026, foi enviado um ofício para a SEMED solicitando a colaboração dos Departamentos, para que apontassem as necessidades, demandas e sugestões e a SEMED respondeu através do ofício nº 034/2026, que o Conselho tem autonomia especialmente no que se refere ao acompanhamento do controle social e à deliberação sobre políticas educacionais, então não acha adequado que os departamentos da Secretaria definam ou direcionem o planejamento interno do Conselho, sob pena de comprometer a independência e a harmonia entre os órgãos. A Presidente Carolline comenta que este ano o Conselho terá bastante trabalho, cita a Lei de sistemas, a Deliberação referente ao tempo integral no Ensino Fundamental. Considerando o volume de ações previstas, foi proposta a retomada do Plano de Trabalho do ano anterior. Informou-se que o documento será reenviado aos conselheiros para análise, com o objetivo de: revisar as ações já executadas; retirar os itens concluídos; atualizar as atividades em andamento; incluir novas sugestões e contribuições. Ficou encaminhado que o Plano será enviado por e-mail aos conselheiros para que apresentem suas contribuições. Posteriormente, na próxima reunião, o documento revisado será apresentado para apreciação e deliberação. A Conselheira Maristela coloca que embora a independência do Conselho seja reconhecida, seria importante que a Secretaria apresentasse previamente os elementos e ações que pretende desenvolver ao longo do ano. Isso permitiria ao Conselho analisar e alinhar seu próprio planejamento, evitando demandas encaminhadas de última hora e garantindo melhor organização e integração entre os planos de trabalho. A Presidente

Carolline coloca o seu entendimento dizendo que o Conselho deverá assumir uma postura mais fiscalizadora, analisando com maior atenção todos os atos e normativas emitidos, especialmente quando houver interface com suas competências. Ressaltou-se que essa postura não significa conflito ou erro, mas uma questão de gestão e posicionamento institucional do Conselho junto à Secretaria. Foi destacado que o Conselho não deve ultrapassar as atribuições da Secretaria, pois não é órgão executivo, mas também não pode se enfraquecer em seu papel legal de fiscalização e acompanhamento. Mencionou-se que, anteriormente, o fluxo era mais reativo — aguardando encaminhamentos da Secretaria para análise —, mas que agora pode ser necessário um acompanhamento mais ativo, inclusive por meio da leitura de publicações oficiais e identificação de normativas que possam demandar manifestação do Conselho. Por fim, destacou-se a importância de manter o respeito institucional, avaliando conjuntamente cada situação e, quando necessário, dialogando com a Secretaria para esclarecimentos e alinhamentos. A Conselheira Maristela coloca que também é necessário que a Secretaria respeite o Plano de Trabalho do Conselho. Observou que, nos últimos anos, o Conselho tem conseguido avançar pouco em suas próprias ações planejadas, pois frequentemente acaba priorizando demandas encaminhadas pela Secretaria. Destacou a importância de garantir espaço nas reuniões para tratar dos itens previstos no próprio plano, ainda que seja possível avançar em pelo menos um ou dois pontos por mês, evitando que o Conselho se perca diante das demandas externas e tenha sua autonomia prejudicada. A Conselheira Ana Lucia explica que o Plano Anual de Trabalho sempre foi elaborado de forma coletiva pelo Conselho, com abertura para sugestões dos próprios conselheiros e, em alguns momentos, também da Secretaria — o que não configura desrespeito à autonomia do órgão. Destacou que os documentos encaminhados pela Secretaria ao Conselho geralmente decorrem de exigências legais superiores, muitas vezes oriundas do Ministério Público, sendo necessário que passem pelo Conselho, conforme prevê a Lei do Sistema, que atribui a ele função normativa e deliberativa. Em relação às demandas sobre retenção e reprovação de alunos, foi explicado que casos mais complexos precisam passar pelo Conselho, inclusive porque, quando chegam ao Ministério Público, é verificado se houve apreciação prévia do colegiado. Isso resguarda tanto a Secretaria quanto o próprio Conselho. Também ressaltou que o avanço do Plano de Trabalho depende da organização interna do Conselho. Observou que o mês de fevereiro acabou sem produção efetiva, o que impacta o andamento das ações, reforçando a importância de iniciar os trabalhos no começo do ano. Por fim, reafirmou-se que a participação da Secretaria com sugestões não compromete a autonomia do Conselho, sendo uma prática pontual e legítima dentro do processo de construção conjunta. A Conselheira Marilza coloca que as demandas costumam chegar de forma rápida e intensa, o que muitas vezes dificulta a organização interna do Conselho. Por isso, reforçou a importância de priorizar aquilo que é obrigação legal do Conselho neste ano, especialmente considerando que há prazos e responsabilidades relevantes a serem cumpridos. Mencionou que o ano anterior foi atípico, com muitos prazos concentrados, e que neste ano também há questões importantes que exigirão planejamento e foco. Explicou que houve diálogo com diferentes setores e representantes da Secretaria — incluindo diretorias e coordenações de etapas da educação — para alinhar o quantitativo de demandas previstas e construir conjuntamente um plano de ação e um cronograma mais estruturado. A Presidente Carolline coloca que em anos anteriores, pelo menos duas vezes enquanto estava no gabinete foi encaminhado para a Secretaria o pedido de sugestão para o plano de trabalho, então só seguiu o modelo que já estava sendo feito. Acrescenta que não há no Regimento Interno norma específica que determine como

deve ocorrer a elaboração do Plano de Trabalho. Quanto à alteração da reunião de fevereiro, explica que tradicionalmente a reunião desse mês sempre era transferida para realização mais ao meio do mês. Destacou que fevereiro é um período de organização nas unidades escolares e que, naquele momento, havia poucos processos encaminhados, o que inviabilizaria uma produção mais efetiva. Assim, argumentou que não houve perda do mês de fevereiro, mas sim um ganho organizacional, pois o período foi utilizado para estruturar demandas, alinhar encaminhamentos com a Secretaria e preparar respostas para apresentação ao Conselho. Com isso, os meses seguintes podem ser melhor aproveitados para reuniões de Câmara e avanço nas pautas. A Presidente Caroline pergunta se mais alguém tem alguma consideração sobre o Plano de trabalho. Ninguém se manifesta. A Presidente Caroline coloca que o Plano de trabalho será encaminhado para os conselheiros. Dando seguimento para o item 3 da pauta a Presidente Caroline coloca sobre a Deliberação da Educação em Tempo Integral, que foi enviado também um ofício solicitando apontamentos para a adequação da Deliberação 01/2024. Acrescenta que assim como ocorreu com as deliberações da Educação Infantil e como está acontecendo com o Ensino Fundamental em tempo integral, já foram iniciadas tratativas e estudos prévios junto às equipes técnicas para a nova demanda da Educação em Tempo Integral, as responsáveis já estão dialogando e realizando apontamentos para que a matéria chegue mais estruturada à Câmara, permitindo a escuta, análise e posterior encaminhamento para aprovação, preferencialmente até 1º de julho, ou antes, se possível. Destaca que o cronograma foi definido em diálogo e parceria com a Secretaria, respeitando a dinâmica de trabalho conjunta. A proposta é que o material seja encaminhado às Câmaras para estudo e adequação da deliberação, configurando um dos primeiros trabalhos prioritários do ano, com início imediato dos estudos visando à futura aprovação. Seguindo para a próxima pauta, sobre os processos, a Presidente Caroline reforça sobre a data da análise dos processos, toda penúltima quinta feira do mês, os processos ficaram organizados para que nesta data os conselheiros que quiserem possam ir até o Conselho e analisar os processos fisicamente na íntegra, também foi enviado um ofício para a Secretaria, solicitando que a Divisão de Estrutura e Funcionamento encaminhe os processos até a data anterior ao dia da análise de processos. Os processos apresentados esse mês foram o credenciamento e a autorização de funcionamento para o Centro de Educação Infantil Pequenos Gênios. A convidada Ana Paula Riedel coloca que está tudo ok com a documentação e com a parte estrutural, foi feita a visita no local junto com a Presidente Caroline e a escola está bem estruturada para receber uma média de 80 estudantes. A Presidente Caroline pergunta se alguém se abstém ou é contra a aprovação desses processos. Ninguém se manifesta. Dando seguimento a pauta a Presidente Caroline passa para as correspondências recebidas, o primeiro assunto é um e-mail da Escola Municipal Madre Paulina, recebido no dia 12/12/25, um dia após a última reunião do Conselho, trata-se de um documento sobre a infrequência de estudantes da Escola Municipal Madre Paulina. A Presidente Caroline relembra que diretora relatou dificuldades no registro de faltas de crianças com necessidades específicas, cujas ausências ocorrem, muitas vezes, por questões relacionadas à alguma condição da criança especial, não se tratando de abandono ou negligência familiar. Com a mudança no sistema de registro de frequência, há preocupação de que essas faltas prejudiquem formalmente o aluno. O Conselho já havia encaminhado orientação com base na exigência legal de 75% de frequência, e recomendado que, na revisão do Regimento Escolar, sejam definidos critérios claros para comunicação formal entre família e escola sobre as ausências, bem como a realização de busca ativa pela instituição, evitando que a criança seja caracterizada indevidamente como faltosa ou em situação de abandono. A

escola formalizou a solicitação ao Conselho, apresentando justificativas e proposta de encaminhamento, será enviado para apreciação da Câmara de Ensino Fundamental e Especial. A Segunda correspondência recebida foi a carta aberta das Educadoras, foi encaminhado para a SEMED, Câmara, Comissão de Educação... e como se trata de uma leitura longa também foi encaminhada para todos os Conselheiros para leitura prévia. A solicitação trata da recente Lei nº 15.326, que determina a adequação dos professores da Educação Infantil para integrarem a carreira do magistério. A Presidente coloca que se trata de uma lei importante, que promove justiça à categoria, além de trazer respaldo e direcionamento aos municípios que enfrentavam limitações legais para realizar essa adequação. Ressalta que, historicamente, não houve falta de diálogo ou tentativa de solução, mas sim impedimentos legais que dificultavam avanços nessa questão. menciona ter ouvido comentários de que o concurso para professor de 40 horas teria sido temporariamente suspenso em razão da nova adequação prevista na lei, mas não há confirmação oficial dessa informação, então pergunta se o Conselheiro Brayan gostaria de colocar algo. O Conselheiro Brayan coloca que o concurso está parado devido a extinção de alguns cargos e a criação de outros, explicou que a situação envolve aspectos legais e orçamentários. Após a mobilização da categoria, houve formalização de protocolo junto ao governo e realização de reuniões com representantes da gestão, que apresentaram alguns apontamentos técnicos. A demanda segue em estudo. Destacou que a adequação decorrente da nova legislação não envolve apenas a mudança de enquadramento das educadoras para a carreira do magistério, mas também impactos financeiros e previdenciários, como questões orçamentárias e aposentadoria. A Conselheira Maristela questiona sobre qual é o papel do Conselho diante do processo de regulamentação e adequação das categorias à nova legislação? Pergunta de que forma o Conselho pode auxiliar, dentro de suas competências, nesse processo? Reflete que, possivelmente, o papel principal do Conselho seja fiscalizar se a Secretaria está adotando os procedimentos necessários para a correta adequação legal, uma vez que a criação e reorganização de cargos não é atribuição direta do colegiado. Destaca que a mudança traz benefícios significativos, especialmente quanto à redução de cinco anos nos critérios de idade e tempo para aposentadoria, equiparando os profissionais à carreira do magistério. Por fim, reforçou a importância de o Conselho buscar informações, acompanhar o andamento das consultas jurídicas — inclusive junto à Procuradoria-Geral do Município (PGM) — e compreender quais medidas estão sendo adotadas, a fim de exercer seu papel de acompanhamento e fiscalização de forma responsável. O Conselheiro Brayan coloca que já houve consulta à Procuradoria-Geral do Município (PGM) e que está sendo realizado levantamento técnico para avaliar os impactos da adequação. Explicou que tanto educadores quanto pedagogos atualmente pertencem ao quadro geral do município, com folha de pagamento distinta da do magistério. A eventual migração para a carreira do magistério gera impacto financeiro significativo, exigindo estudo sobre como será feita a reposição orçamentária. Ressaltou que a mudança não é simples, pois envolve reorganização financeira e estrutural. Municípios maiores podem ter mais condições de implementar a adequação com maior rapidez, enquanto municípios menores enfrentam maiores dificuldades. A Conselheira Maristela coloca que viu que já há movimentação para organização do processo, inclusive com pesquisa e estudo jurídico preliminar para identificar, em um cenário de transição, quantos profissionais teriam direito imediato à mudança e qual seria o impacto financeiro dessa medida, e que o maior impacto orçamentário está relacionado aos profissionais que já teriam direito à aposentadoria com a redução de cinco anos, especialmente no que se refere à permanência e às garantias previstas na legislação. Ressaltou a importância de que a Educação tenha conhecimento desses dados e

impactos, para que as decisões sejam tomadas com responsabilidade e transparência. A Conselheira Ana Lucia coloca que a mudança envolve impactos significativos, especialmente para os cargos de 40 horas, que atualmente pertencem ao quadro geral do município. Ao migrarem para o quadro do magistério, deixam de integrar o concurso geral da prefeitura, o que altera a forma de lotação e movimentação desses profissionais. Lembra que, em situações anteriores, algumas decisões não passaram pelo Conselho, o que gerou preocupações, como no caso da Educação Física, quando houve questionamentos sobre atribuições e organização do trabalho nas escolas. Pois, se tivesse havido apreciação prévia pelo Conselho, poderiam ter sido feitas alertas e orientações para evitar problemas posteriores. Ressaltado que o papel do Conselho, neste momento, é analisar a legislação vigente, verificar se há necessidade de sugestões ou ajustes e acompanhar o processo dentro de suas competências. A Conselheira Marilza relata que no ano passado, houve diálogo com uma comissão representativa das educadoras, além do sindicato, principalmente sobre a questão das atribuições do cargo. A preocupação surgiu após mudanças promovidas em âmbito federal, que impactaram definições relacionadas à Educação Infantil sem que houvesse debate prévio nos conselhos de educação, iniciou-se a construção de um documento, finalizado em outubro, já considerando o cenário nacional e a possível regulamentação da situação, pois existe interesse nacional em uniformizar essa questão, porque atualmente há mais de 53 denominações e diferentes formas de contratação no país — incluindo servidores efetivos, terceirizados e contratos temporários. O tema foi levado ao jurídico, que alertou para os limites legais, especialmente quanto à impossibilidade de transposição automática de cargos sem previsão legal específica, qualquer mudança dependerá de regulamentação posterior e que o próprio Conselho Nacional de Educação ainda discute o assunto em nível nacional. Ressalta que o Conselho orientou as profissionais a formalizarem suas demandas, para que o colegiado compreenda qual será seu papel nesse processo. A preocupação envolve não apenas atribuições, mas também impactos previdenciários e financeiros, considerando que aposentadorias e recursos fazem parte de um fundo geral. No aspecto pedagógico, algumas orientações já foram encaminhadas, mas destacou-se a necessidade de cautela, pois qualquer mudança estrutural impacta direitos, legislação e organização do trabalho. Por fim, concluiu que o momento é de acompanhar os desdobramentos nacionais, aguardar regulamentações e continuar o diálogo, sabendo que, em determinado momento, será necessário reunir todos os envolvidos para decisões mais amplas. A Conselheira Ana Lucia acrescenta que a demanda será grande mesmo, pois haverá também uma mudança na gratificação da Educação Especial, está sendo regulamentada para todos os professores que tiverem alunos de inclusão, mas se preocupa porque ao mesmo precisa de um estudo e regulamentação do Conselho e reforça que projetos dessa natureza devem passar pela apreciação do Conselho antes da aprovação na Câmara, garantindo parecer técnico adequado. Destacou a necessidade de fortalecer o papel do Conselho junto aos vereadores, para que haja maior compreensão sobre sua função e importância nas decisões relacionadas à educação no município. A Presidente Caroline comenta que a vereadora Adriana faz parte do Conselho, é presente, então é preciso verificar com ela o que a Comissão de Educação está fazendo. A Conselheira Ana Lucia coloca que fez o apontamento solicitando para que antes de qualquer legislação ser aprovada que viesse para o Conselho, mas não veio nenhuma. Dando seguimento a pauta a Presidente Caroline coloca sobre o ofício do CMEI Cantinho do Céu, que foi enviado também para o Gabinete e para o Departamento, foi enviado para a leitura prévia dos Conselheiros e o assunto é: Insuficiência de professores e graves impactos ao atendimento das crianças. A Conselheira Marilza explica que a unidade escolar enfrenta

dificuldades relacionadas à falta de professores. Apesar de haver professores regentes para todas as turmas, há carência de profissionais para garantir a hora-atividade, o que gera sobrecarga. A média de faltas diárias é de três a quatro docentes, havendo momentos em que o número total de ausências chegou a oito. Existe dificuldade em fixar professores efetivos em determinadas regiões, como na Borda do Campo, pois muitos não querem essas localidades, alguns profissionais não aderiram à ampliação de jornada para 40 horas, o que impacta na organização da unidade. A equipe da Secretaria esteve presencialmente na escola, conversou com as famílias e acompanhou a rotina. Foi informado que as famílias, em geral, estão tranquilas, embora existam manifestações emocionais e preocupações pontuais. Parte das críticas divulgadas em redes sociais não corresponde integralmente à realidade observada. Esclarece que a unidade conta com equipe gestora completa (direção, direção auxiliar, pedagoga, secretário), além de estagiários e profissionais de apoio, situação diferente de outras escolas que enfrentam carências maiores na equipe administrativa. Reforçou que a Secretaria está acompanhando a situação de perto, realizando chamamentos e buscando alternativas para suprir as ausências, dentro das possibilidades legais e administrativas. A Conselheira Denise acrescenta que a dificuldade na organização das unidades não se restringe à Educação Infantil, mas também atinge o Ensino Fundamental. Em algumas escolas, o número de profissionais não fecha com a demanda, havendo diferenças significativas entre o previsto e o efetivamente disponível, há grande dificuldade de lotação em determinadas regiões, pois muitos professores não aceitam assumir vagas nesses locais, mesmo após diversas tentativas de contato. Embora algumas escolas tenham professores regentes suficientes para as turmas, falta profissional para a hora-atividade, o que gera sobrecarga e preocupação com o adoecimento dos docentes. A Conselheira Denise colocou que a Secretaria tem acompanhado a situação diariamente, priorizando as unidades mais críticas e buscando alternativas para suprir as faltas. Houve, inclusive, tentativa de suspender novas movimentações até regularizar essas escolas, mas isso se torna inviável, pois não é possível deixar outras unidades também desassistidas. Por fim, ressaltou que, apesar dos esforços para priorizar e reorganizar as escolas com maior dificuldade, a reposição de profissionais não tem ocorrido na velocidade necessária para normalizar completamente a situação. A Conselheira Maristela pergunta qual seria o caminho para o difícil provimento? A Conselheira Ana Lucia responde que o Conselho pode fazer um estudo sobre isso, colocando sugestão. A Conselheira Andreia relata a dificuldade enfrentada pela unidade escolar devido à falta constante de professores, principalmente em razão da distância e das condições de deslocamento, como o trânsito na BR-277, que tem desmotivado os profissionais a permanecerem na escola, e concorda que enquanto não houver o difícil provimento, muitos profissionais não aceitarão assumir as vagas, e a situação está ficando cada vez pior, na sua unidade tem 30 JIS, ela sempre teve 15, 17, mas agora 30, reforçou Por fim, reforçou a preocupação de que, se não houver medidas estruturais, o problema tende a se agravar. A Conselheira Denise destaca que cada região tem suas particularidades e isso precisa ser considerado na organização das escolas. A alta rotatividade de professores dificulta a continuidade do trabalho pedagógico, prejudicando a consolidação do PPP e do regimento. Mesmo quando há substituições temporárias, a instabilidade permanece, e a escola acaba recomeçando o processo repetidamente, sem conseguir manter um trabalho estruturado a longo prazo. A Presidente Caroline coloca que já existe um estudo solicitado pela gestão anterior sobre o difícil provimento, mas a proposta não foi aceita pela PGM. A partir dessa negativa, o Conselho pode buscar esclarecimentos sobre os motivos da recusa e, com base nisso, tentar identificar um novo caminho. A dúvida colocada é qual seria o procedimento jurídico adequado para

propor novamente a mudança. O Conselheiro Brayan coloca que o caminho pode ser incluir as mudanças no novo Plano de Cargos e Salários, criando regras específicas para a educação desvinculando do estatuto geral e criando outro estatuto. Também foi mencionado que há um movimento de lei federal prevendo gratificação de 15% para profissionais que está lotado na da educação especial e 12% para o que não está. Existe preocupação com limites legais, pois não pode acumular duas gratificações, então difícil provimento não vai passar de 12 ou 15%, então o servidor terá que optar. Destacou-se a necessidade de estudar bem o que será viável e benéfico para os profissionais que atuam nessas unidades de difícil provimento, especialmente na Educação Especial. A Conselheira Ana Lucia coloca que existem algumas ações que não precisa colocar dinheiro, e cita o seu exemplo quando trabalhou em Curitiba, numa região com difícil provimento e com risco de morte, então era dado pontos, ganhava 10 pontos que contavam para remoção. A Conselheira Marilza coloca que na próxima semana será aberto chamamento, a prioridade será atender as unidades com maior falta de profissionais neste momento, pois é a medida possível a curto prazo, embora se reconheça que, a longo prazo, será necessária outra solução mais estruturada. A Conselheira Valdelíria se preocupa com a situação colocada neste CMEI e gostaria de verificar qual foi a resposta da SEMED. A Conselheira Marilza concorda e coloca que o Conselho pode solicitar a resposta formal para a SEMED. A Conselheira Dheborá destacou que o deslocamento está cada vez mais difícil, o que influencia na escolha das vagas. Muitas pessoas deixam de assumir determinados locais por causa da distância, da rotina familiar e da falta de estrutura. Mesmo quem mora e trabalha na região central já enfrenta dificuldades para conciliar horários; imagina quem não tem carro ou tem filhos pequenos. A Conselheira Louise se coloca preocupada com o que foi relatado sobre o Planejamento, que até agora não foi elaborado nem executado, então pergunta em que “pé” que está esse planejamento. A Conselheira Marilza responde que houve mudança de pedagoga, o que pode ter impactado a organização da unidade. Observou-se que faltou planejamento no início do ano, mas também foi lembrado que houve poucos dias para essa organização, considerando o contexto recente. Ao visitar as salas, percebeu-se que não era um problema isolado, pois havia materiais ainda datados de dezembro em outras turmas, indicando falhas gerais no planejamento e na atualização dos espaços. Para garantir os planejamentos, a Secretaria organizou apoio do departamento, enviando profissionais à unidade ao menos três vezes por semana para que as professoras pudessem sair da sala e planejar. O Conselheiro Clayton coloca que a falta de profissionais na educação não é um problema recente, mas uma questão sociológica, econômica e geracional que vem se intensificando. Na escola onde ele trabalha, de cerca de 60 professores, aproximadamente 20 vêm de Curitiba, o que demonstra dificuldade de retenção e dependência de profissionais de outras redes. Observou também que estagiárias e estudantes de pedagogia estão desistindo da profissão, trancando cursos e optando por outras áreas, principalmente por falta de valorização e melhores perspectivas salariais. Muitos profissionais mais jovens, ao enfrentarem as dificuldades da rotina escolar, acabam desistindo, buscando outras oportunidades com maior retorno financeiro. Mesmo São José sendo considerada uma rede melhor que outras da região e do estado, ainda enfrenta dificuldades para fidelizar profissionais. Isso gera preocupação sobre o futuro da educação e o impacto direto nas crianças. Por fim, houve uma reflexão sobre como manter a qualidade do ensino diante da escassez de professores e sobre o desafio de despertar sonhos e perspectivas nas crianças, especialmente aquelas que vêm de contextos familiares vulneráveis, ressaltando que, embora estejam sendo atendidas, poderiam receber um atendimento ainda melhor se houvesse maior estabilidade e valorização profissional. A Presidente Caroline coloca

que há um caminho que está sendo esquecido, que é a saúde mental do servidor, é pouco investido nisso. A convidada Isabela aponta a sua preocupação pelo fato de o e-mail ter sido enviado em nome do Conselho da unidade, o que gera alerta sobre possível uso inadequado ou manipulação do órgão colegiado. Destaca que o Conselho não pode ser utilizado para legitimar posicionamentos que nem sempre representam, de fato, toda a comunidade escolar. Ressalta que, ao usar o nome do Conselho, o documento ganha um peso institucional significativo, podendo transmitir a ideia de que famílias e comunidade estão em situação de desespero ou que há graves falhas no atendimento, o que pode não refletir exatamente a realidade. Por fim, defendeu a necessidade de repensar a dinâmica de funcionamento dos Conselhos nas unidades, garantindo que o nome do órgão não seja usado de forma leviana, já que ele tem papel fundamental na gestão e no acompanhamento institucional. A Presidente Caroline comenta que para que o Conselho se manifeste oficialmente, é necessário haver ata registrada e assinada, garantindo legitimidade. Ressalta que a diretora não decide sozinha, mas deve agir junto ao colegiado. Menciona que, muitas vezes, há baixa participação dos professores nos Conselhos, o que enfraquece o órgão. No entanto, quem aceita fazer parte de um colegiado precisa estar disposto a assumir responsabilidades. Defende o fortalecimento dos Conselhos escolares dentro das unidades, priorizando o diálogo interno para resolver questões antes de levá-las adiante. Por fim, reforçou-se que não é adequado utilizar o Conselho de forma indevida ou de má-fé para respaldar determinadas situações. A Conselheira Isabele sugere que sempre que houver envio de e-mail em nome do Conselho, seja anexada a ata da reunião. Assim, será possível verificar quantas pessoas estavam presentes e se a manifestação realmente representa a maioria. A medida traria mais transparência, evitaria dúvidas sobre possível distorção das informações e daria mais segurança para quem for responder. A Conselheira Maristela pergunta se o Conselho consegue acesso a resposta da PGM sobre o difícil provimento? A Presidente Caroline responde só através do gabinete, foi em 2023 ou 2024, foi respondido para o Gabinete da SEMED. A Presidente Caroline coloca sobre o assunto da lei do professor de 30 horas, relatando que a primeira reação foi de preocupação, pois já há falta de professores e isso poderia agravar a situação, mas conversando com outra pessoa da área, foi apresentada a visão de que a medida deve ser entendida como um investimento na educação, capaz de, no futuro, tornar a carreira mais atrativa e incentivar mais pessoas a escolherem a profissão docente. Destacou que hoje muitos ingressam na pedagogia sem verdadeira vocação, às vezes por falta de opção ou por acreditarem que é uma carreira mais “fácil”, o que também impacta a qualidade e a permanência na profissão. Assim, a valorização pode ser um caminho para atrair profissionais mais comprometidos e qualificados, mesmo que inicialmente gere desafios. A Conselheira Maristela coloca que o plano de carreira é fundamental para manter os profissionais na rede. Apesar das dificuldades, o último concurso teve cerca de 12 mil inscritos, mostrando que há muitas pessoas interessadas em ingressar. O desafio não é apenas atrair, mas garantir condições para que permaneçam, já que falta um plano estruturado e uma gestão que ofereça perspectiva de crescimento e formação contínua. Seguindo para a próxima para a Presidente Caroline faz a leitura do ofício nº 018/2026 da SEMED, que traz a solicitação de autorização do início das aulas na Escola Municipal Profª Ieci Caldeira Scherner, para que ocorra, de forma excepcional, no dia 09 de fevereiro de 2026, devido a imprevistos na organização da unidade escolar, que ainda está sem água e energia elétrica, com mobiliário insuficiente e necessidade de organização dos espaços, especialmente das salas de aula, comprometendo o funcionamento adequado e a segurança. Solicita que os dias letivos sejam repostos por meio de atividades pedagógicas a distância, pois durante o adiamento das aulas

presenciais, os profissionais permaneceram na escola realizando organização, planejamento e preparação das atividades pedagógicas do primeiro trimestre. A Conselheira Denise acrescenta que foi um trabalho bem árduo para organizar a escola com materiais sendo entregues e ajustes sendo feitos na escola. O período foi intenso e exigiu muito trabalho da equipe. Diante disso, a escola realmente precisou de um tempo para organização. A diretora já apresentou um cronograma com as atividades e componentes que serão trabalhados para repor o que foi perdido. Está tudo planejado e organizado, sem maiores complicações, tratando-se apenas da reorganização dos conteúdos do dia a dia. A Presidente Carolline pergunta se algum Conselheiro é contra a reposição por atividades remotas desses 3 dias para a escola Leci Caldeira?. Nenhum conselheiro se manifesta contrário. Na sequência da pauta, o próximo ofício recebido foi uma solicitação da Escola Ernestina Macedo de Souza Cortês encaminhada através do ofício nº 022/2026 da SEMED, A Presidente Carolline faz a leitura do ofício o qual traz um pedido de autorização para que a Unidade Educacional faça uso do Organizador Trimestral Curricular da Educação em Tempo Integral (Referencial Curricular Municipal – Caderno 6) em substituição ao Organizador da Escola Em Tempo Integral, exclusivamente no que se refere à Base Diversificada. A Conselheira Denise explica que a Escola Ernestina tem uma organização diferente, todos os alunos permanecem em tempo integral. Por isso, a estrutura pedagógica e a organização curricular acabam sendo diferentes das demais escolas. A equipe da escola percebeu que o modelo atual está muito rígido e tem dificultado o rendimento acadêmico dos estudantes. Nas escolas de tempo integral tradicionais, normalmente os alunos têm disciplinas do currículo regular no período da manhã e atividades diversificadas à tarde. Já na Ernestina, essas atividades estão misturadas ao longo de todo o dia, o que faz, por exemplo, com que aulas formais como matemática ou ciências ocorram no final da tarde, quando os alunos já estão muito cansados. A proposta da escola não é retirar conteúdos, mas reorganizar a rotina, concentrando o ensino pedagógico formal no período da manhã e as atividades diversificadas no período da tarde. As atividades continuariam integradas entre si. Por exemplo, conteúdos trabalhados em ciências pela manhã poderiam ser reforçados nas atividades da tarde, mantendo a conexão pedagógica. O pedido da escola surge porque professores e alunos têm demonstrado cansaço intenso, já que os estudantes permanecem na escola das 7h às 17h, com uma rotina bastante extensa. Esse desgaste já vem sendo observado desde o ano passado e tem impactado o rendimento de alguns alunos. Assim, a escola solicita autorização para testar essa reorganização, comprometendo-se a manter o acompanhamento e a avaliação dos resultados, buscando um modelo mais adequado à realidade de uma escola integral obrigatória. A Conselheira Dheborá coloca que antes de tomar qualquer decisão sobre mudanças na organização da escola, é necessário entender melhor como ela funciona atualmente, especialmente em relação à organização pedagógica e à distribuição das funções dos professores. É importante saber como os professores escolheram suas vagas e disciplinas, quais cargos existem na escola e como as atividades estão organizadas. Caso contrário, ao mudar a estrutura agora, pode-se criar novos problemas ou injustiças, como alterar funções que os profissionais escolheram anteriormente. Destaca que é preciso fazer uma análise organizacional e pedagógica mais detalhada antes de decidir qualquer mudança, para garantir coerência e justiça. Além disso, mudanças desse tipo afetam toda a estrutura da escola, inclusive horários e rotinas das crianças, por isso talvez precisem ser pensadas com mais planejamento e possivelmente para o futuro, não imediatamente. A Presidente Carolline sugere fazer uma visita na unidade ou convidar alguém da Escola para a reunião. A Conselheira Dheborá coloca que para ela decidir algo e votar sobre o que está sendo pedido ela teria que saber como está funcionando lá

hoje. A Conselheira Ana Lucia coloca que, antes de qualquer mudança na organização da escola, é preciso verificar se a alteração é realmente possível e avaliar seus impactos. Um ponto importante é que a escola foi pensada com atividades regulares e diversificadas intercaladas ao longo do dia, o que ajuda a manter as crianças engajadas e garante a permanência delas na escola. Separar totalmente as atividades (regular pela manhã e diversificadas à tarde) pode gerar problemas, inclusive com as famílias, já que muitos pais podem não considerar as atividades diversificadas tão importantes. Outro aspecto relevante é a situação dos professores, que escolheram suas funções e turmas com base na organização atual. Alterar essa estrutura agora poderia gerar conflitos, insatisfação e problemas administrativos, envolvendo secretaria, sindicato e comunidade escolar. Por isso, a sugestão é que qualquer mudança seja estudada e planejada com antecedência, possivelmente para o próximo ano, e não implementada no meio do processo, para evitar prejuízos para professores, estudantes e famílias. A Conselheira Maristela destaca que o modelo da escola é diferente do tempo integral comum, pois funciona como tempo integral completo, com uma única matrícula e frequência durante todo o dia. Nesse modelo, uma falta conta para o dia inteiro. Quando essa organização foi discutida anteriormente, a legislação era bem específica, exigindo que todos os componentes curriculares fossem distribuídos ao longo de todo o período. Por isso, antes de qualquer mudança, é necessário verificar primeiro a legislação e as normas existentes. Somente depois dessa análise é que o assunto poderia ser discutido com os professores, para não criar expectativas sem saber se a alteração é realmente possível. A Presidente Caroline coloca que então irá encaminhar para estudo da Câmara de Normas e depois marcará uma visita. Dando seguimento a pauta a Presidente Caroline coloca que após a publicação do decreto municipal com os feriados e pontos facultativos de 2026, o Conselho enviou um ofício à Secretaria de Educação solicitando a apresentação de sugestão para reposição de um dia letivo, a fim de garantir o cumprimento da legislação vigente, até a data de 23/02/2026, para que fosse apresentada na 1º Reunião Ordinária do CME. A SEMED respondeu ao Conselho, através do ofício nº 032/2026 que seguirá o Calendário Escolar de 2026 já homologado, construído com participação dos servidores da educação. Assim, a rede não aderirá ao ponto facultativo de 20 de março de 2026, mantendo atividades escolares normais nessa data. A decisão tem como objetivo garantir a continuidade do ensino e o cumprimento da carga horária prevista no calendário aprovado. A Secretaria também se colocou à disposição para eventuais esclarecimentos. A Conselheira Denise explica que a construção do calendário escolar foi complexa, funcionando como um “quebra-cabeça” para atender às exigências definidas pelo conselho. Durante esse processo, foi necessário tomar algumas decisões difíceis, como a retirada de um conselho de classe para evitar o aumento de sábados letivos. Se fossem mantidos todos os feriados e atividades previstas, seriam necessários cinco sábados de trabalho. Por isso, representantes de todos os núcleos participaram da elaboração do calendário e decidiram abrir mão de um feriado municipal, em vez de um feriado nacional, para reduzir a quantidade de sábados letivos, só quem entrou depois que não sabe que foi discutido amplamente. Assim, ficou registrado em ata que, mesmo que a prefeitura decretasse ponto facultativo, o dia 20 de março seria trabalhado, decisão que foi previamente discutida e aceita pela comissão. A Conselheira Marillette coloca que o estado vai parar nessa data, então vai ter uma demanda baixíssima de alunos nesse dia. A convidada Isabela expressa sua opinião colocando que não acha adequado retirar um recesso em um período e concentrar mais dias sem atividade em outubro, mês que já possui outros dias sem aula. Isso pode gerar dificuldades no funcionamento das escolas. Menciona que, considerando o cenário atual de faltas de professores e aumento de atestados, a organização do calendário precisa ser pensada

com cuidado. A reflexão é que essas decisões deveriam ser analisadas de forma mais estratégica, para evitar impactos negativos na rotina e no funcionamento das unidades escolares. A Conselheira Ana Lucia coloca que o Conselho pode sugerir a troca do recesso e alertou também a dificuldade das atividades nas unidades em dia de Ponto Facultativo, devido o funcionamento somente de serviços essenciais e apresentou a proposta de se ter apenas um recesso ou do dia do professor ou do funcionário público e que em gestões anteriores não se tinha duas comemorações. A Conselheira Isabela sugere que ao invés da Secretaria não aderir ao dia 20 de março que acabaria criando uma folga na quinta-feira e retorno na sexta, seria melhor não aderir ao dia 30 de outubro, ficaria uma semana inteira de atividades. A Presidente Carolline coloca que irá enviar a sugestão e solicitar para a Secretaria essa troca. A próxima correspondência recebida é um e-mail da Escola Sagrado Coração de Maria, a Presidente Carolline faz a leitura do e-mail que solicita a mudança do ponto facultativo do dia 02/04 para o dia 06/04, em função da festa religiosa local (Pascoela). A Presidente Carolline pergunta se alguém se opõe à essa troca. A Conselheira Ana Lucia lembra que está colocado na Deliberação do calendário sobre as peculiaridades da região. Nenhum Conselheiro se opõe a alteração. Seguindo com a pauta a Presidente coloca que foi enviado um ofício para a SEMED, solicitando o valor da verba orçamentária para o Conselho em 2026. A SEMED respondeu através do ofício nº 035/2026, que o orçamento destinado aos Conselhos em 2026 é de R\$50.000,00. A Presidente Carolline comenta que a Secretaria tem abarcado as formações que são realizadas fora do município, muitas vezes excede o valor disponível. Apesar de ser um Direito do Conselho a questão do recurso, é previsto em lei, mas se preocupa com a questão da autonomia financeira, pois hoje os Conselhos não tem um google meet, depende do empréstimo da Conselheira Ana Lucia, também não tem uma impressora colorida, então questiona se dentro do orçamento seria possível fazer a compra direta desses equipamentos para melhorar o funcionamento. O Conselheiro Rodrigo explica que a demanda já está com a nova secretaria (SIMOT) desde o ano passado, mas a compra não pode ser feita diretamente, pois precisa passar por processo licitatório. O principal problema é a demora desse processo. No futuro, com a mudança prevista na legislação, o conselho poderá ter maior autonomia para gerir e realizar compras diretamente, mas isso ainda depende de aprovação e pode levar até dois anos para se concretizar. Por enquanto, não há como resolver a questão de forma imediata, pois foge da competência do setor. O Conselheiro Adriano coloca que é uma questão de brigar, não é que não pode, eles não querem que faça compra direta, mas pode, porque é direito. O Conselheiro Rodrigo explica que para se fazer uma compra direta precisa de autorização da Secretaria de Licitações e eles que irão proceder com o processo, tanto que o Sistema utilizado está totalmente bloqueado na opção de compra direta. O Conselheiro Adriano coloca que o sistema está bloqueado, mas não é que não possa, mas se houver uma conversa entre os Secretários, colocar que está precisando e se houver um consenso vai ser feito, não é que não possa. O Conselheiro Rodrigo sugere que seja buscado informações sobre o andamento do processo, ressaltando que costuma ser bem demorado e cita o exemplo de uma licitação de produtos de limpeza de 2024, está sendo comprado agora. Encerrando a discussão a Presidente Carolline coloca que para a próxima reunião vai ficar a reorganização das Câmaras. Houveram dois desligamentos, da Conselheira Maria Helena que foi para a Saúde e será substituída pela Ana Paula Riedel e da Conselheira Evelyn da representação de pais, será solicitado ao SINEPE uma nova indicação, ainda terá a carta de desligamento da Conselheira Angela que também está indo para a Secretaria da Saúde. A Presidente Carolline registra que ainda tem 3 calendários da rede privada: Educat, Maple Bear e Estação Criança, então solicita a ajuda da Leila (SINEPE) e da Ana Paula (Divisão de Estrutura), para reforçar

a importância da retirada do calendário homologado. A Presidente coloca que para esse ano pensa em mudar a forma de recebimento dos calendários para a forma digital, para facilitar e não precisar o deslocamento das unidades particulares até o Conselho, mas para isso é necessário uma impressora colorida, tanto a assinatura digital quanto o envio digital, precisa entrar na próxima deliberação do calendário. A Presidente Carolline pergunta se mais alguém gostaria de colocar algo. Ninguém se manifesta. A Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião. Eu, Valdinéia Santos de Lima, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será assinada pela Presidente e pelo Secretário Geral do CME.

Presidente do Conselho Municipal de Educação



Documento assinado digitalmente
CAROLLINE PEREIRA DE ARAUJO MAIA
Data: 30/03/2026 11:25:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Secretário(a) Geral do Conselho Municipal de Educação



Documento assinado digitalmente
RODRIGO CRISTIANO DE OLIVEIRA
Data: 31/03/2026 14:33:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>